



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ibaneis pede apoio de partidos aliados e parlamentares da oposição para manter o Fundo

O governador Ibaneis Rocha (MDB) cobrou, ontem, o empenho dos partidos de sua base aliada pela manutenção das regras de cálculo do Fundo Constitucional do DF. Ele agradeceu o apoio do PSD, coordenado pelos presidentes regional, Paulo Octávio, e nacional, Gilberto Kassab, para que as bancadas na Câmara e no Senado fiquem sensíveis aos problemas que uma redução dos repasses federais pode provocar na saúde, segurança e educação. Mas pediu que os parlamentares de seu próprio partido, o MDB, da vice-governadora Celina Leão, o PP, e dos políticos que estão na sua base, como o Republicanos e o PL, também apoiem a manutenção do Fundo Constitucional nos patamares atuais. Ele ainda pediu o apoio da deputada Érika Kokay (PT/DF), do deputado Reginaldo Veras (PV/DF) e da senadora Leila Barros (PDT-DF), que são base do governo Lula. “Esperamos ainda, em defesa da capital, contar com o apoio, senão da bancada, pelo menos dos deputados e senadores que hoje estão na oposição ao nosso governo. Frisou: “oposição ao nosso governo e não a nossa capital”.



Ed Alves/CB/DA-Press

Deputado distrital quer cassar título de cidadão honorário de Cappelli

Em maio de 2023, três meses após a ocupação e depredação dos prédios dos Três Poderes, Ricardo Cappelli, então secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, foi agraciado com o título de cidadão honorário de Brasília. A homenagem, de iniciativa do presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), foi aprovada por unanimidade em deferência ao trabalho de Cappelli como interventor da segurança pública designado pelo presidente Lula. A solenidade contou com a presença do então ministro da Justiça, Flávio Dino, hoje um dos integrantes do STF. Agora surge um movimento na Câmara para cassar o título concedido a Cappelli. A proposta é do deputado distrital Pastor Daniel de Castro (PP), que apresentou projeto de decreto legislativo que revoga a concessão do título.



Divulgação/MJSP

“Falta de alinhamento”

Na proposta, Pastor Daniel de Castro (PP) registra que o motivo da proposta de revogação do título de cidadão honorário de Brasília a Ricardo Cappelli são declarações públicas que, segundo o deputado distrital, demonstram “falta de alinhamento com os interesses do Distrito Federal, especialmente no que se refere à defesa do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)”. Nos últimos dias, desde que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou a intenção de mudar as regras de cálculo do Fundo Constitucional, Cappelli saiu em defesa do governo e criticou o governador Ibaneis Rocha (MDB). Para Daniel de Castro, Cappelli, atual presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), demonstra desconhecimento da realidade do DF.



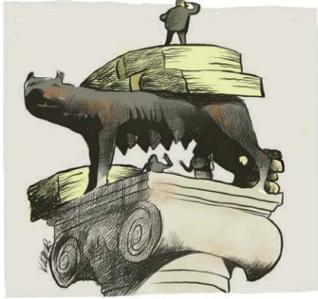
Ascom/CLDF

O embate vai longe...

No pano de fundo do embate estão as eleições de 2026. Daniel de Castro (PP) é do partido da vice-governadora Celina Leão, provável candidata à sucessão de Ibaneis. Ricardo Cappelli (PSB) é um dos nomes que tem sido apoiado por parte da oposição para a disputa ao GDF.

Fundo Constitucional pode decidir eleições no DF

O debate sobre mudanças no cálculo do Fundo Constitucional do DF vai chegar ao embate eleitoral. A depender do encaminhamento, a medida pode prejudicar e beneficiar candidatos. Pela dependência do Distrito Federal em relação aos repasses federais, a redução pode prejudicar vários setores, como o Correio tem mostrado, principalmente as três áreas mantidas pelo Fundo, a segurança, a saúde e a educação. Mas não só essas. Para manter as contas em dia com esses setores, o governo local, no caso de cortes, terá de tirar de algum lugar. O tema deve ser um dos principais em discussão em 2026 e pode ser decisivo para quem quer chegar ao Palácio do Buriti ou chegar ao Congresso Nacional.



Plataforma na educação

Está nas mãos do governador Ibaneis Rocha (MDB) projeto, de autoria do deputado Thiago Manzoni (PL), que garante aulas preparatórias gratuitas para o Enem e outras avaliações. O projeto prevê a criação de uma plataforma digital gratuita (Repositório Distrital de Conteúdos Escolares) com aulas ministradas por professores da rede pública. Para garantir a manutenção e expansão da plataforma, o projeto permite parcerias com a iniciativa privada. Pode até ser uma boa ideia, mas o Executivo terá de avaliar se a proposta fere a Lei Orgânica do DF, por criar despesas em projeto de iniciativa do Legislativo.



Ed Alves/CB/DA-Press

Desembargador aposentado é o novo filiado do PSD-DF

Na reunião da executiva regional do PSD, o desembargador aposentado José Divino de Oliveira foi apresentado como novo filiado. Depois de atuar 35 anos como magistrado, ele agora segue os passos do também desembargador aposentado Carlos Divino Rodrigues, que se filiou ao PSD e concorreu em 2022 ao Senado.

Candango por adoção

“Hoje (ontem) eu tive um dia de grande conforto da alma. Estou emocionado de receber esse título. Sou candango por adoção”, declarou o ministro Gilmar Mendes, nascido em Diamantino (MS), ao ser agraciado ontem como cidadão honorário de Brasília, em solenidade na Câmara Legislativa, por iniciativa do vice-presidente da Casa, Ricardo Vale (PT). Foi uma solenidade suprapartidária. O governador Ibaneis Rocha participou do evento.



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Arquivo Pessoal



Homenagem para pai e filho

Depois de vencer a disputa na OAB-DF e se eleger conselheiro federal, o atual presidente da seccional, Délcio Lins e Silva Júnior, e seu pai, Délcio Lins e Silva, são os homenageados hoje com o título de cidadão honorário na Câmara Legislativa. A deputada Paula Belmonte (Cidadania) é a autora da honraria aos advogados.

HONRARIA / A entrega do título, ontem, coincide com os 50 anos de atuação do magistrado em Brasília, cidade onde formou-se advogado e atuou como professor, advogado-geral da União e presidente do STF e do TSE

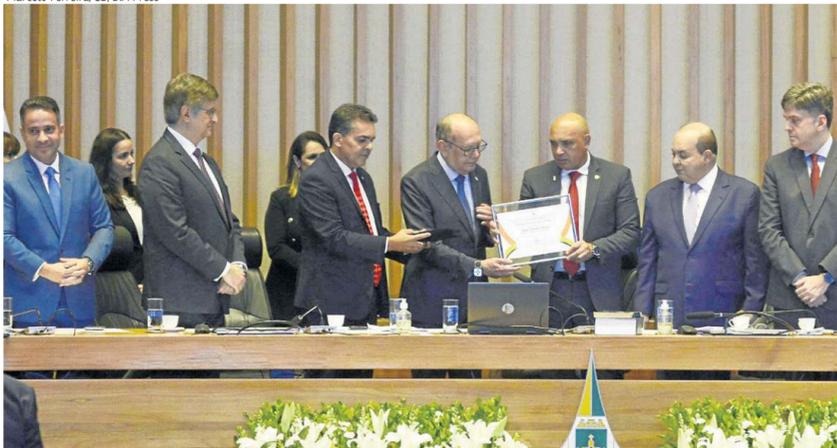
Gilmar Mendes, cidadão de Brasília

» LETÍCIA GUEDES

Aos 68 anos, após cinco décadas morando e atuando em Brasília, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes recebeu, ontem, no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), o título de Cidadão honorário de Brasília. O evento contou com a presença do governador Ibaneis Rocha (MDB), do presidente da CLDF, Wellington Luiz (MDB), e de autoridades dos poderes no âmbito federal e distrital.

A homenagem ao magistrado foi proposta pelo vice-presidente da Câmara, Ricardo Vale (PT). O distrital lembrou que sugeriu que a entrega ocorresse neste ano, mas que o pedido é de autoria da ex-deputada distrital Liliane Roriz. “O título foi aprovado pelo Decreto Legislativo 1.871, de 23 de setembro de 2011; por razões que não me cabe especular neste momento, a justa homenagem será entregue somente agora. Mesmo assim, creio que o fazemos em bom e oportuno momento para reafirmarmos o nosso compromisso indelével com a democracia”, declarou. Ricardo lembrou, ainda, que a cerimônia ocorre pouco depois da divulgação do extenso relatório

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Autoridades locais e nacionais prestigiaram a cerimônia na Câmara Legislativa do DF

da Polícia Federal acerca de uma tentativa de golpe nas eleições ocorridas em 2022.

O governador Ibaneis Rocha (MDB) falou na cerimônia. “Gilmar Mendes tem inteligência e determinação, mas tem algo que poucos juristas, juízes e ministros têm: coragem. Acho que isso distingue Vossa Excelência das demais autoridades desse país, porque a manutenção da nossa democracia, a autoafirmação do nosso Poder Judiciário

e a manutenção do equilíbrio entre os poderes requerem coragem”, elogiou.

O secretário-chefe da Casa Civil do DF, Gustavo Rocha, também teceu elogios ao ministro. “Pelas características de Brasília, o título de cidadão honorário não se limita ao título exclusivamente de cidadão de Brasília, mas de cidadão nacional: é um reconhecimento por tudo que Vossa Excelência já fez pelo Brasil”, afirmou.

Em seu discurso, que durou

aproximadamente 40 minutos, Gilmar Mendes relembrou sua trajetória, desde o nascimento em Diamantino (MT), até os cargos públicos ocupados ao longo da carreira, como advogado-geral da União e ministro da Suprema Corte. “Hoje, devo dizer que estou realmente emocionado de receber esse título da CLDF; É aqui (Brasília) que vivi e contribuí para o desenvolvimento do Brasil e da nossa democracia, e é com sentimento de gratidão

que recebo este reconhecimento”, declarou.

Após o encerramento da solenidade, o governador também parabenizou o ministro por meio de suas redes sociais. “Meus parabéns ao Ministro Gilmar Mendes pelo título de Cidadão Honorário de Brasília. Este é um reconhecimento pela sua trajetória e dedicação à Justiça do Brasil e do DF. Desejo muito sucesso na sua caminhada!”, escreveu.

Homenagem

A solenidade contou com a presença da esposa do ministro, Guiomar Mendes, e de seus dois filhos, Laura Mendes e Francisco Mendes. Além de um dos quatro netos, o pequeno Benjamin.

Antes de receber oficialmente o título, Gilmar foi homenageado pelo filho, que relembrou a caminhada e as benfeitorias do pai à capital. “É um fato notório que a trajetória do professor e ministro Gilmar Mendes, meu pai, é indelevelmente ligada a Brasília. São vários os fatos públicos que comprovam essa ligação umbilical entre a vida como professor e o desenvolvimento do Distrito Federal. Na UnB, atuou na faculdade de direito por mais de duas décadas, tendo servido de orientador e mentor para centenas ou

milhares de alunos ao longo desse período”, enalteceu.

Carreira

Gilmar Mendes nasceu em 30 de dezembro de 1955. Formou-se em direito pela Universidade de Brasília (UnB), em 1978. Posteriormente, foi professor de direito constitucional de graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito da UnB, e atuou como orientador de monografia de graduação, mestrado e doutorado na mesma instituição.

Foi nomeado ministro da Suprema Corte em 2002, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Atuou como procurador da República, advogado-geral da União e ocupou cargos de destaque na administração pública. Também foi presidente do STF (2008-2010) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O ministro tem mestrado e doutorado em direito constitucional pela Universidade de Münster, na Alemanha, com distinções acadêmicas. É autor de inúmeros artigos na área de direito constitucional, especialmente em temas sobre controle de constitucionalidade, direitos fundamentais, teoria da legislação, interpretação constitucional, direito administrativo, reforma constitucional e reforma do Judiciário.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb